

# **FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE DO ALUNO DO CAMPO: DIÁLOGO ENTRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ELEMENTOS CULTURAIS DOS ALUNOS CAMPESTRES**

Freitas, Antonia Batista

Mestre em CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO pela FACULDADE  
INTERAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIALES, FICS, Paraguai

## **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo principal demarcar os aspectos legais sobre a educação do campo, sendo esta, uma modalidade pouco discutida pelos estudiosos da educação, mas que precisa ser analisada juntamente com a legislação. A educação do campo deve ser vista não apenas como modalidade de ensino, mas também como uma política pública que garanta a população camponesa os mesmos direitos educacionais garantidos à população urbana, pois se percebe que no decorrer da história essa modalidade educacional sempre foi deixada em segundo plano, não houve um investimento significativo pelos representantes governamentais para que tivesse uma educação do campo condizente com a cultura e identidade do povo camponês. Por isso a importância de estudar as leis que regulamentam a educação do campo, pois essas introduzem no contexto escolar camponês, práticas educacionais condizentes com a realidade, a cultura e a identidade do povo do campo, possibilitando um resgate cultural da população camponesa, como também permite que essa população permaneça em seu espaço rural, sem se deslocar para os centros urbanos, a fim de melhores condições de vida, isso, significa dizer uma educação do campo e no campo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade; Cultura; Educação do Campo.

## **ABSTRACT**

**The main objective of this article is to demarcate the legal aspects of rural education, which is a modality little discussed by education scholars, but which needs to be analyzed together with the legislation. Rural education should be seen not only as a teaching modality, but also as a public policy that guarantees the peasant population the same educational rights guaranteed to the urban population, as it is clear that**

**throughout history this educational modality has always been left in second place. In this plan, there was no significant investment by government representatives to have a rural education consistent with the culture and identity of the peasant people. That is why it is important to study the laws that regulate rural education, as they introduce educational practices in the peasant school context that are consistent with the reality, culture and identity of rural people, enabling a cultural rescue of the peasant population, as well as it allows this population to remain in their rural space, without moving to urban centers, in order to improve their living conditions, that is to say, education in the countryside and in the countryside.**

**KEYWORDS: Identity; Culture; Field Education.**

## **INTRODUÇÃO**

A educação destinada ao meio rural brasileiro, desde seu surgimento, tem sido um desafio a ser superado. Os problemas que permeiam a Educação do povo do campo sucedem da realidade socioeconômica e política do nosso país, que influenciam decisivamente no tipo de educação que é ofertada aos povos camponeses. Assim, apesar da Educação do Campo ter sido incluída na agenda política, ainda padece com a carência de investimentos. Os recursos disponibilizados pelos órgãos governamentais Federais, Estaduais e Municipais são poucos e corroboram para a falta de infraestrutura nas escolas para acolher de maneira digna o estudante do campo e deficiência de profissionais capacitados para entender a diversidade cultural local.

Fruto de uma realidade excludente e gerida no cerne dos movimentos sociais dos trabalhadores do campo, a educação desse espaço apresenta uma nova visão de campo, homem e trabalhador do meio rural, contribuindo para o fortalecimento do sentido de classe dentro do contexto educacional.

As particularidades dos sujeitos do meio rural pedem uma prática docente que seja desenvolvida de maneira dialógica, num processo contínuo de interlocução entre os atores sociais da escola e da comunidade, entre conhecimento formal e conhecimento construído pelas experiências do camponês. Quanto à essa compreensão, de educação do campo e de aluno como sujeito de direito, que os professores necessitam para desenvolver uma prática significativa na escola do meio rural, Arroyo (2004, p. 71), coloca que

(...) é outra compreensão e prática da educação básica: a escola tem que dar conta da educação básica como direito do homem, da mulher, da criança, do jovem do campo. Ou seja, estamos colocando a educação rural aonde sempre deve se colocada, na luta pelos direitos. A educação básica, como direito ao saber, direito ao conhecimento, direito à cultura produzida socialmente.

A afirmação de Arroyo leva à compreensão de que cada povo, seja no campo, na cidade, nos quilombos ou na aldeia, tem direito a um modelo educacional pensado a partir de suas especificidades e construído com a participação de cada sujeito que faz parte dessa realidade. Ao vincular-se à realidade e fortalecimento da identidade dos estudantes a escola estará contribuindo com o processo de emancipação humana e de autonomia para atuar na sociedade.

As práticas pedagógicas da escola do campo não podem invisibilizar as especificidades da comunidade na qual a escola está situada; a singularidade cultural do povo campestre exige que essas práticas assumam o compromisso com uma formação crítica e cidadã, por meio do tratamento da realidade concreta dos estudantes, historicamente marcada pela exclusão e exploração. Com relação às particularidades e identidade da educação e da escola do aluno do campo o artigo 2º das Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo discute que

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2001, p.01).

Vale ressaltar que as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo é decorrência das lutas dos movimentos sociais por uma Educação do Campo e a partir dessas Diretrizes o campo passa a ser visto de outra forma, sendo entendido como espaço de diálogo entre pessoas e práticas que favoreçam a construção e reconstrução do modo de ser e existir no campo. Com relação às políticas públicas para educação do campo, Pinheiro (2007. P. 1), discute que

(...), a educação do campo tem se caracterizado como um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações que lá residem. Essa situação tem repercutido nesta realidade social, na ausência de estradas apropriadas para escoamento da produção; na falta de atendimento adequado à saúde; na falta de assistência técnica; no não acesso à educação básica e superior de qualidade entre outros.

Com relação aos sujeitos do campo, a autora (2007, p. 1), coloca que

Quanto aos sujeitos que compõem esta realidade social, nos deparamos com uma infância, adolescência e juventude desorientada frente aos desafios e incertezas da contemporaneidade, e tem se agravado com o processo de alienação e pelo pensamento provocado pelas experiências vivenciadas pelos que residem em espaços urbanos. Nesse contexto, as famílias têm procurado resistir na terra. Mas, a falta de condições dignas, necessárias à sobrevivência e de escolas tem dificultado a escolha entre permanecer ou não no campo.

Nesse contexto, para promover uma aprendizagem verdadeira com condições dignas e uma formação integral dos jovens, exige-se uma reorganização curricular, procurando articular cultura local e conteúdos formais.

Assim, no que diz respeito à valorização da identidade dos estudantes do meio rural, do mesmo modo, a prática pedagógica precisa ser desenvolvida de acordo com os interesses, o modo de ver e estar no mundo desses sujeitos. Entretanto, isso exige que o professor estabeleça uma relação com o mundo do estudante não apenas por meio da sua prática pedagógica, pois é necessário ao profissional adotar práticas que dialoguem com a realidade dos estudantes ao mesmo tempo em que ele próprio assuma posturas e atitudes que o coloquem em estreito diálogo com os estudantes, “incorporando tal postura a sua identidade profissional”, (ALVES; HERMONT, 2014, p.13). Assim, um simples gesto, uma palavra do professor pode ter grande representatividade na vida do jovem, atitudes que estão além de um planejamento podem contribuir para a aprendizagem do estudante, com seu interesse pela escola e com sua formação de modo geral.

É verdade que uma escola equipada com recursos de qualidade é importante e necessária para a oferta de uma educação de qualidade, mas, mais que isso, a figura do professor enquanto ser humano, sua postura e atitudes com os alunos são mais significativas. O diálogo com o outro começa pela compreensão do seu universo, de como sua identidade é constituída, de sua cultura, de sua visão de mundo, e lidar com jovens estudantes do meio rural, que além de possuir uma identidade e cultura própria, faz parte de uma classe com especificidades socioculturais que precisam ser valorizadas no processo de ensino, exige do professor ações educativas idealizadas especialmente para os estudantes e com a participação deles. De acordo com Silva (2012, p. 96),

[...] a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada.

Assim, a identidade do estudante do campo se caracteriza pelo que tem valor para ele e que constituem sua formação.

Assim, é importante que a prática pedagógica entenda os estudantes do campo como atores sociais com capacidade de contribuir com o desenvolvimento social, sendo preciso que seja explorado todo potencial dessa categoria, em vez de querer discipliná-los, enfileirados em uma sala apertada por um espaço de tempo diário e que absorvam os conteúdos do livro didático.

Para tanto, uma formação de professores para atuação específica na escola do campo é uma ação afirmativa de valorização das populações camponesas. Arroyo (2012) discute a respeito da precisão de uma formação mais complexa, plural nas palavras dele para dar conta do caráter político que se espera de um professor que atua numa escola do campo. Segundo o autor, essa formação deve possibilitar uma escola do campo que seja

[...] um espaço em que sejam incorporados saberes da terra, do trabalho e da agricultura camponesa; em que especificidades de ser-viver a infância-adolescência, a juventude, as vidas adultas no campo sejam incorporados nos currículos e propostas educativas; em que os saberes, concepções de história, de sociedade, de libertação aprendidos nos movimentos sociais façam parte do conhecimento escolar (ARROYO, 2012, p.363).

Nesse contexto, é preciso que o professor identifique quem de fato são os sujeitos envolvidos em sua prática pedagógica, reconhecendo suas particularidades e a condição dos sujeitos no contexto sociocultural do qual fazem parte. Levando-se em conta que a os estudantes do campo pertencem a uma faixa etária que é sempre associada a movimento, alegria, assim como, a uma maneira diferente de enxergar o mundo à sua volta e de interagir com o mesmo, é exigido da prática pedagógica ações dinâmicas para lidar com esses sujeitos em todas as suas especificidades culturais. Como afirma Caldart (2008, p.3):

Há um detalhe muito importante no entendimento da Educação do Campo: o campo não é qualquer particularidade, nem uma particularidade menor. Ela diz respeito a uma boa parte da população do país; ela se refere a processos produtivos que são a base de sustentação da vida humana, em qualquer país. Não é possível pensar um projeto de país, de nação, sem pensar um projeto de campo, um lugar social para seus sujeitos concretos, para seus processos produtivos, de trabalho, de cultura, de educação.

Desse modo, a escola, por meio da prática pedagógica, necessita valorizar os saberes, os fazeres, as atitudes, as capacidades, os sentimentos e os problemas dos estudantes camponeses, caso contrário eles sentir-se-ão invisibilizados no contexto

escolar, culminando com atitudes que comumente são interpretadas como indisciplina e falta de interesse. Reafirma-se aí a necessidade da escola de enxergar os seus estudantes como jovens sujeitos que podem opinar, questionar, propor mudanças no ambiente escolar, assim como, delegar atividades dentro da escola e elogiá-los por seu trabalho.

## **CONCLUSÃO**

É possível falar então em uma prática pedagógica dos estudantes do campo em toda sua especificidade identitária e cultural, reconfigurando os processos educativos para levar em conta as transformações porque passam esses sujeitos, em seu corpo, com seus sentimentos, afetos e desafetos. Portanto, o processo educativo precisa ser dinâmico e ir ao encontro dos anseios desses estudantes, ao mesmo tempo em que acredita na capacidade deles, valoriza sua criatividade e seus conhecimentos, transformando a escola em um ambiente de construção de conhecimentos, de relacionamentos e definição de ações.

Nesse sentido, é imprescindível uma formação profissional que permita aos educadores do campo enfrentar os desafios impostos pela realidade do campo, tanto no que diz respeito aos aspectos materiais, quanto aos aspectos culturais. Consequentemente, as discussões e reflexões acerca da educação dos povos do campo ganharam destaque tanto na ampliação da temática, quanto no que diz respeito às políticas educacionais criadas para o camponês.

A discussão a respeito da problemática da educação dos povos do campo envolve o abandono da lógica da adaptação do modelo educacional do meio urbano para o meio rural, visto que muitos professores que atuam nessa escola seguem um planejamento importado do meio urbano, visto que não levam em conta as características particulares do meio rural como a época de plantação, o significado do cultivo da terra, as condições de trabalho em que o camponês garante seu sustento, o modo de vida desses sujeitos, bem como, a maneira como a comunidade se organiza. Se os alunos não conseguem enxergarem-se dentro do assunto, se não reconhecem as práticas culturais, econômicas e sociais de seu contexto, eles não aprendem a valorizar seu meio. Fato que contribui para o esfacelamento do processo de formação da identidade do aluno do meio rural. Se o espaço de vivência é comumente associado à precariedade e à dificuldade, os estudantes acabam por buscar outros espaços para construir sua vida, não querendo permanecer no campo. Claro que o objetivo da escola do campo não é a fixação do estudante no meio

rural, mas dar-lhe condições de escolhas, de estudar para transformar o seu espaço em local de produção da vida de maneira digna.

## BIBLIOGRAFIA

ALVES, M. Z.; HERMONT, C. **Estratégias metodológicas de trabalho com jovens**. In: CORREA, L. M.; ALVES, M. Z.; MAIA, C. L. (orgs.). *Cadernos temáticos : juventude brasileira e Ensino Médio* . – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2014.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. *Formação de Educadores do Campo*. CALDART, R. S.; PEREIRA, IB; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo** – Resolução CNE/CEB nº1 de 03 de abril de 2002 – Ministério da Educação Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

CALDART, Roseli Salete. *Sobre Educação do Campo*. In.: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). *Campo. Políticas públicas: educação*. Brasília: Incra-MDA, 2008, p. 67-86. (Por uma Educação do Campo, n. 7. Coleção).

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias; **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**. In: ANPAE, 2007, Ri Grande do Sul. *Cadernos ANPAE*. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2007.

SILVA, T. T. da. *A produção social da identidade e da diferença*. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p.73-102.